

DESVENDANDO A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA ANÁLISE DA LITERATURA

Mariane Araújo Lima¹, Yuri Mikael Matos Dos Santos², Michelle da Silva Pereira³

¹Graduanda do Curso de Gestão Hospitalar do Instituto Federal do Pará - IFPA, Belém, Brasil (limamari387@gmail.com)

²Graduando do Curso de Gestão Hospitalar do Instituto Federal do Pará - IFPA, Belém, Brasil

³Professora Ma. no Instituto Federal do Pará - IFPA, Belém, Brasil

A atenção primária à saúde (APS) é o principal ponto de acesso ao sistema de saúde brasileiro. Uma revisão da literatura de 10 artigos extraídos do Google Acadêmico e SciELO, revelou a importância da APS na redução das desigualdades no acesso à saúde. A APS contribui para a promoção e prevenção de doenças, mas enfrenta desafios como infraestrutura precária e subfinanciamento. É fundamental fortalecer a APS como pilar do sistema de saúde, garantindo acesso universal, equânime e integral à saúde.

Palavras-chave: Atenção primária à saúde; Desafios no acesso; promoção e prevenção;

INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) é fundamental para o sistema de saúde brasileiro, pois ela atua como principal porta de entrada para os serviços de saúde do país. Em razão disso, sua implementação exige uma abordagem que considere as características geográficas e a população específica a ser atendida, assegurando o acesso a equipes multidisciplinares que sigam os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme destacado por Souza et al. (2020), o objetivo dessas equipes é proporcionar um acompanhamento contínuo e de longo prazo aos indivíduos e suas famílias.

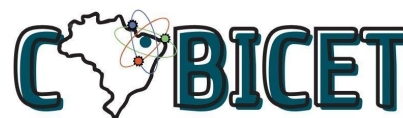
O percurso do Brasil rumo ao fortalecimento da APS foi delineado pela implementação de diversas estruturas e estratégias regulatórias ao longo dos anos, com o principal objetivo de consolidar a APS como base do SUS e assegurar o acesso equitativo e integral aos serviços de saúde para a população. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei 8.080/90, o papel dos municípios na implementação da política de saúde aumentou significativamente, com foco na criação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e do Programa de Saúde da Família (PSF).

Essas iniciativas levaram à criação das Equipes de Saúde da Família (ESF), compostas por profissionais multidisciplinares, como: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde e, em alguns casos, profissionais de saúde bucal; sendo responsáveis por atender a uma média de 3.000 pessoas na região em que atuam e, para atender às necessidades específicas das populações,

existem as Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR) e as Equipes de Saúde da Família Fluviais (ESFF). É importante destacar a importância da presença dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) nas equipes, pois, graças ao seu profundo conhecimento da área de atuação, ele facilita o acesso aos serviços de saúde e promove uma distribuição mais equitativa da saúde entre as populações. As diretrizes para o funcionamento das equipes estão descritas na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que orienta a organização e as ações das ESF, assegurando a qualidade e a efetividade da atenção primária à saúde no Brasil (GOV 2024).

Assim, a ESF surge como uma iniciativa de reestruturação da Atenção Primária à Saúde (APS) em nível nacional, sendo alinhada aos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde e reconhecida tanto pelo Ministério da Saúde (MS) quanto pela gestão local como um instrumento crucial para a expansão e o fortalecimento da atenção primária. Sua relevância reside na competência de reorientar as práticas assistenciais, através do contato próximo com a realidade das pessoas; com a finalidade de identificar os determinantes Sociais da Saúde (DSS) e permitir ações preventivas que evitem o adoecimento grave do indivíduo e da população. (GOV, 2024).

Com o objetivo de orientar e organizar a APS, foi criada a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), instituída pela Portaria nº 648/2006, baseando-se em seis princípios fundamentais que são: universalidade, integralidade, acessibilidade, longitudinalidade, equidade e participação social. Em 2017 esses princípios foram reorganizados,



conforme a Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, mantendo os princípios originais e inserindo novos, como: Fortalecimento de Equipes Multidisciplinares, Micro-regulação e Telemedicina, fazendo com que a PNAB 2017 abrisse um caminho para o uso da telemedicina como ferramenta para ampliar o acesso à atenção primária à saúde em áreas remotas ou com escassez de especialistas. A PNAB é um marco importante na história da saúde pública brasileira e reflete o compromisso do país com a proteção do direito à saúde para todos.

Assim, a fim de compreender as diversas perspectivas em relação à Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil, abrangendo seu desenvolvimento histórico, a atuação das ESF, as mudanças políticas, a análise da realidade social e a resposta à pandemia, enriquecem o debate acadêmico. Este artigo tem como objetivo integrar essas abordagens da APS, fornecendo uma compreensão abrangente de sua contribuição para a redução das desigualdades em saúde. Cada autor oferece uma análise única, destacando aspectos específicos e adotando abordagens diferenciadas sobre o tema.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi elaborado a partir de uma revisão da literatura utilizando as principais bases de dados, tais como Google Acadêmico e Biblioteca Eletrônica SciELO, sendo selecionados artigos entre os anos de 2018 a 2023 que abordassem o tópico "Atenção Primária à Saúde" como termo indexador. Dessa forma, foi realizado uma análise dos materiais selecionados, levando em consideração a classificação dos estudos conforme o tipo de pesquisa e seus propósitos, além do local, ano de publicação, as revistas onde foram divulgados os artigos, as metodologias utilizadas e os principais resultados obtidos, resultando em um total de 10 artigos selecionados para integrar esta revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A APS se configura como um campo de estudo dinâmico e em constante evolução no Brasil. A análise da literatura sobre o tema revela a importância da APS para a organização do cuidado à saúde da população, os desafios que precisam ser superados e as perspectivas para o futuro. Compreender essa trajetória e as pesquisas mais recentes é fundamental para o desenvolvimento da área e para a construção de um sistema de saúde mais justo e eficaz para todos os brasileiros.

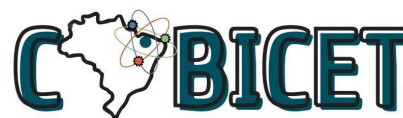
A análise dos artigos revela a riqueza e a diversidade da literatura existente sobre o tema no Brasil, que exploram eixos como, desde a história e a trajetória da APS até o debate terminológico, passando pelo cotidiano das unidades básicas de saúde, estratégias de promoção da saúde, qualidade da atenção à saúde,

saúde da população idosa e o enfrentamento da COVID-19. Ademais, oferece um panorama amplo da literatura sobre APS, categorizando as obras por autor, ano, título e metodologia, assim podemos identificar algumas características e tendências relevantes, como pode-se observar na tabela abaixo.

Tabela 01: Categorização da Literatura sobre Atenção primária à saúde no Brasil

AUTOR	ANO	TÍTULO	METODOLOGIA
Morosini	2023	Atenção primária à saúde no Brasil: uma história tecida em pensamento e práticas.	Revisão bibliográfica e análise documental.
Chiapinotton et al	2023	O modo de fazer saúde: reflexões sobre o cotidiano de uma unidade básica de saúde de Porto Alegre - RS.	Observação participante, entrevistas semi-estruturadas com profissionais e pacientes, análise documental
Martins et al	2022	Atenção Primária à Saúde: A Trajetória Brasileira e o Contexto Local em Porto Alegre (Rs).	Revisão bibliográfica e análise documental.
Tesser et al	2021	Estratégia saúde da família e análise da realidade social: subsídios para políticas de promoção da saúde e educação permanente.	Revisão bibliográfica e análise documental.
Facchini et al	2020	Qualidade da Atenção Primária à Saúde no Brasil: avanços, desafios e perspectivas.	Revisão bibliográfica e análise de dados secundários.
Fausto et al	2019	O futuro da Atenção Primária à Saúde no Brasil.	Revisão bibliográfica e análise documental.
Macinko et al	2018	Estratégia Saúde da Família, um forte modelo de Atenção Primária à Saúde que traz resultados.	Análise bibliográfica de estudos publicados em português e inglês entre 2000 e 2017.
Schenker e Costa	2019	Avanços e desafios da atenção à saúde da população idosa com doenças crônicas na Atenção Primária à Saúde.	Revisão bibliográfica e estudo de caso, com coleta de dados por meio de observação.
Daumas, et al	2020	O papel da atenção primária na rede de atenção à saúde no Brasil: limites e possibilidades no enfrentamento da COVID-19.	Revisão bibliográfica e análise de dados secundários, complementada por entrevistas.
Giovannella	2018	Atenção básica ou atenção primária à saúde?	Revisão bibliográfica.

Fonte: Autores, 2024



Ao iniciar as discussões das visões dos autores, é crucial destacar a distinção entre atenção básica e atenção primária à saúde. Como Giovanella (2018) explica, a atenção básica é frequentemente utilizada em contexto para se referir à APS, mas esse termo retrata algo simplório que não traduz o real significado do que seria esse modelo de atenção. Enquanto o termo APS faz jus à sua finalidade, que não se limita apenas ao simples cuidado do paciente, mas abarca toda a sua amplitude e abrangência, refletindo sua posição a favor do uso da APS para uma melhor abordagem do que realmente se refere ao cuidado centrado no paciente e à sua complexidade.

Essa perspectiva se relaciona diretamente com as reflexões apresentadas por Chiapinotto et al. (2023) sobre o papel das Unidades Básicas de Saúde (UBS) como componentes essenciais do sistema de saúde brasileiro. O estudo ressalta a importância de repensar as práticas de saúde nos serviços de atenção primária, reconhecendo a influência da história da saúde na prática atual e identificando crises decorrentes da dificuldade de questionamento dos modelos estabelecidos.

Ao enfatizar a tendência de reforçar o modelo biomédico nas práticas de saúde, Chiapinotto et al. (2023) destacam uma preocupação relevante: a ênfase excessiva na busca por tratar apenas os sintomas, em detrimento da promoção e prevenção da saúde. Essa abordagem contrasta com a visão mais abrangente e centrada no paciente da APS, como defendida por Giovanella (2018), reforçando a importância de promover uma abordagem holística e integrada da saúde na atenção primária.

Em relação à evolução histórica da APS, Morosini (2023) destaca que a evolução histórica da Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil é marcada por avanços e retrocessos, refletindo uma luta constante pela consolidação como base do Sistema Único de Saúde (SUS). O autor enfatiza que, apesar dos desafios enfrentados, como o financiamento insuficiente e a má gestão, os cuidados de saúde primários continuam a desempenhar um papel crucial na promoção da saúde e no acesso equitativo aos serviços de saúde.

Essas observações são reforçadas por Fausto et al. (2019) e Facchini, Tomasi e Dilélio (2020) que apresentam a importância dos avanços no acesso aos serviços da APS, onde eles destacam os investimentos realizados para fortalecer as APS's como porta de entrada para o SUS e apontam que, embora grandes processos já tenham sido feitos, ainda persistem desafios significativos, como as estruturas precárias dos estabelecimentos de saúde da rede primária, a insuficiência de investimentos e recursos, e a deficiência na comunicação com a atenção especializada.

Paralelamente, as análises de Martins e Carbonai (2022) abordam as mudanças e implementações na política da APS, especialmente no nível local, demonstrando a importância do cuidado à saúde desde o princípio da reforma sanitária que resultou na criação do SUS. No entanto, eles apontam que, recentemente, algumas alterações nas regulamentações das estratégias adotadas pela gestão local têm se distanciado do modelo de cuidados primários oferecidos à população. Esses autores questionam as implicações dessas mudanças na legitimidade do Estado para a política social e no apoio às organizações de cuidado dualizadas e mercantis, que criam estruturas de cuidado para famílias dependentes do Estado.

A prática investiga a relação entre a análise da realidade social e a promoção da saúde, trazendo uma abordagem sobre as poucas percepções que os profissionais tinham do processo de educação permanente e da promoção da saúde quanto aos cuidados com os usuários. Ressaltam ainda que a efetividade das medidas preventivas e promotoras de saúde é maior quando aplicadas em abordagem populacional do que em intervenções individuais, destacando a importância das equipes de saúde da família no cuidado longitudinal e na coordenação do cuidado para os usuários adscritos, que são uma das principais características da APS (Tesser et al., 2021).

Daumas et al. (2020) analisam o papel crucial da APS na resposta à pandemia de COVID-19, expondo sua importância no sistema de saúde brasileiro e salientando as dificuldades e oportunidades encontradas neste setor. Dentre os desafios, são citadas questões estruturais, baixo financiamento, infraestrutura de saúde deficitária e escassez de recursos humanos. Quanto às oportunidades, destacam-se a utilização da telemedicina, o monitoramento remoto, elaboração de protocolos clínicos de triagem e manejo dos casos suspeitos/confirmados de COVID-19 e o fortalecimento das equipes de saúde com a população no que diz respeito à comunicação.

No que tange aos impactos positivos da ESF na melhoria do sistema de saúde, ao destacar a importância no processo saúde-doença, cujo principal objetivo é a promoção da saúde e a prevenção de doenças. Os resultados têm sido satisfatórios, evidenciados pelos indicadores de saúde, como a diminuição das internações hospitalares por doenças evitáveis e o acesso da população aos serviços de saúde. Adequando-se aos princípios da APS, como acessibilidade, longitudinalidade, integralidade, coordenação e orientação para a família e a comunidade (Macinko e Mendonça, 2018).

Ademais, é notório a importância da ESF como principal dispositivo de reorganização da atenção básica, embora haja preocupações com a revisão de diretrizes que podem ameaçar a APS inclusiva e equânime, como a autonomia concedida aos gestores municipais para definição do escopo de serviços nas UBS. Assim, abordando a qualidade dos serviços de saúde oferecidos pela APS e a participação da comunidade podem contribuir para a redução das desigualdades em saúde.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, destaca-se a importância da promoção e implementação de políticas de saúde que visem fortalecer a APS como um pilar fundamental dos sistemas de saúde, propondo-se sanar os desafios ainda existentes e aprimorar o acesso dos serviços ofertados aos usuários de forma universal, equânime e integral. Ademais, é perceptível o impacto positivo da ESF no upgrade dos indicadores de saúde na atenção básica e a importância de uma linguagem precisa que facilite a compreensão da APS e suas contribuições.

Nesse sentido, intensificar a necessidade de manter-se atualizado nos avanços tecnológicos e avanços medicinais, pois assim é capaz de desenvolver e aplicar uma gestão eficaz que diligência no processo de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde dos pacientes. Assim, o presente estudo serve como base para profissionais que atuam na saúde, usufruírem como ferramenta de capacitação pessoal para qualificação dos serviços de saúde da atenção primária de saúde.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal do Pará (IFPA) pela infraestrutura e apoio logístico que possibilitou a realização desta pesquisa. Agradecemos também especialmente a Professora e orientadora Michelle Pereira pela orientação e aos membros do Grupo de Pesquisa em Saúde, Gestão e Ambiente do IFPA pelas discussões e colaboração. Por fim, agradecemos aos participantes da pesquisa pela sua valiosa contribuição.

REFERÊNCIAS

Estratégia Saúde da Família (ESF). Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/estrategia-saude-da-familia>>. Acesso em: 24 maio. 2024.

SOUZA, N. et al. **Política de Saúde: esquematizada e comentada** – 2. Ed. – Salvador. Editora Sanar, 2020. 266p; il; 16x23cm.

MOROSINI, M. V. **Atenção primária à saúde no Brasil: uma história tecida em pensamento e**

práticas. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 30, p. e2023058, 23 out. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702023000100058>>. Acesso em: 23 maio 2024.

CHIAPINOTTO, L. et al. **O modo de fazer saúde: reflexões sobre o cotidiano de uma unidade básica de saúde de Porto Alegre - RS.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902007000100014>>. Acesso em: 23 maio 2024.

MARTINS, M. B.; CARBONAI, D. **ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: A TRAJETÓRIA BRASILEIRA E O CONTEXTO LOCAL EM PORTO ALEGRE (RS).** **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 27, n. 3, p. 725–748, dez. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-2311.331.107905>>. Acesso em: 23 maio 2024.

ROBERTO, R. et al. **Estratégia saúde da família e análise da realidade social: subsídios para políticas de promoção da saúde e educação permanente.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001200002>>. Acesso em: 23 maio. 2024.

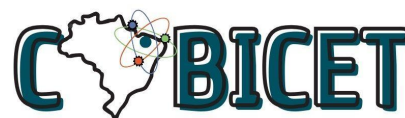
FACCHINI, L. A.; TOMASI, E.; DILÉLIO, A. S. Qualidade da Atenção Primária à Saúde no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe1, p. 208–223, set. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042018S114>>. Acesso em: 23 maio. 2024.

FAUSTO, M. C. R. et al. O futuro da Atenção Primária à Saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe1, p. 12–14, set. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042018S101>>. Acesso em: 23 maio. 2024.

MACINKO, J.; MENDONÇA, C. S. **Estratégia Saúde da Família, um forte modelo de Atenção Primária à Saúde que traz resultado.** n. 1, p. 18–37, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042018S102>>. Acesso em: 23 maio. 2024.

SCHENKER, M.; COSTA, D. H. DA. Avanços e desafios da atenção à saúde da população idosa com doenças crônicas na Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 4, p. 1369–1380, abr. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.01222019>>. Acesso em: 23 maio. 2024.

DAUMAS, R. P. et al. O papel da atenção primária na rede de atenção à saúde no Brasil: limites e



possibilidades no enfrentamento da COVID-19.
Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 6, 2020.
Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/0102-311X00104120>>.
Acesso em: 23 maio. 2024.

GIOVANELLA, L. Atenção básica ou atenção
primária à saúde? **Cadernos de Saúde Pública**, v.
34, n. 8, 20 ago. 2018. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/0102-311X00029818>>.
Acesso em: 23 maio. 2024.